

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 30 questões objetivas, numeradas de 1 a 30 e 01 questão dissertativa. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: A B C D ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Assinale a alternativa correta. São as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder:

- a) Elementos de estabilização Constitucional
- b) Elementos orgânicos
- c) Elementos limitativos
- d) Elementos Formais de aplicabilidade

2 – Não será objeto de deliberação a proposta tendente a abolir, exceto:

- a) A forma federativa de Estado
- b) A obrigatoriedade do voto
- c) A separação dos Poderes
- d) Os direitos e garantias individuais

3 – Acerca do Poder Constituinte Reformador, pode-se afirmar, exceto:

- a) Sua aprovação ocorre pelo quórum qualificado de três quintos de votos
- b) Duas votações em cada Casa do Congresso Nacional
- c) São emendas constitucionais de revisão
- d) Ainda seguem sendo promulgadas

4 – Suponha que uma nova constituição foi promulgada e nela traz a seguinte previsão: “consideram-se vigente, com caráter de lei ordinária, os artigos da constituição X, que não contrariem esta constituição”. Nesse caso, pode-se dizer que ocorreu qual instituto?

- a) Recepção Material
- b) Desconstitucionalização
- c) Fungibilidade
- D) Transmutação Constitucional

5 – Elisângela, teve negado, na esfera administrativa, seu requerimento ao protuário médico que embasou a decisão de sua aposentadoria proporcional, por invalidez permanente. Ante a negativa administrativa, é correto afirmar que Elisângela poderá ingressar na esfera judicial, em face a entidade/orgão que negou-lhe o pedido, com:

- a) Habeas Corpus
- b) Obrigação de Fazer
- c) Habeas Data
- d) Mandado de segurança

PENAL

6 – Suponha que André fora condenado, havendo o processo transitado em julgado, a 2 anos de prisão em razão de prática de determinada conduta criminosa. Ocorre que, logo em seguida a sua condenação, houve a revogação do tipo penal pela criação de uma lei descriminalizadora, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. Considerando o estudo da sucessão das leis penais, o caso narrado faz referência a:

- a) Anterioridade da lei penal
- b) Lei excepcional ou temporária
- c) Excludente de ilicitude
- d) Lei penal no tempo

7 – As fontes formais imediatas do direito penal classificam-se, normas penais incriminadoras e não incriminadoras. As não incriminadoras podem ser classificadas conforme abaixo, exceto:

- a) Permissivas justificantes e exculpantes
- b) Análogas
- c) Explicativas
- d) Complementares

8 – Suponha que o Congresso Nacional aprove uma lei criminalizando determinada conduta com a previsão de sua vigência retroativa a seis meses de sua publicação, alcançando, assim, aqueles que praticaram tal conduta no referido período. Diante da situação apresentada, pode-se afirmar que:

- a) A lei é constitucional e entrará em vigor 30 dias após sua publicação
- b) A lei é constitucional e entrará em vigor imediatamente após sua publicação
- c) A lei é parcialmente inconstitucional
- d) A lei é inconstitucional

9 – Quanto as fontes do direito penal, para a doutrina moderna, podem-se afirmar, exceto:

- a) A União é fonte do direito penal
- b) A doutrina é fonte imediata do direito penal
- c) Os costumes são fontes do direito penal
- d) Os princípios gerais do direito são fontes mediatas do direito penal

10 – Renato, armado, aborda Fesnanda na rua no intuito roubá-la. No momento da ação de Renato,

Fernanda ajoelha-se e começa a orar em voz alta, pedindo para que Deus perdoe seu algoz e ilumine seus caminhos. Renato, tocado com o ato de Fernanda, devolve-lhe os pertences e vai embora. Diante da situação narrada, pode-se afirmar que estamos diante de:

- a) Conduta atípica
- b) Arrependimento eficaz
- c) Desistência voluntária
- d) Roubo tentado

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11 - Qual das seguintes afirmações sobre o inquérito policial está correta?

- a) É necessário o inquérito policial para o Ministério Público oferecer denúncia em processo criminal
- b) O inquérito policial é um processo judicial que tramita em segredo de justiça
- c) O inquérito policial pode ser instaurado de ofício pela autoridade policial, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido
- d) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante e prorrogado por mais 10 dias, mediante representação da autoridade policial, ao Juiz das garantias e ouvido o Ministério Público

12 – Sobre as medidas cautelares podemos afirmar, exceto:

- a) Deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais
- b) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz de ofício, a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem
- d) A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar

13 – Acerca do Habeas Corpus, podemos afirmar:

- a) É cabível de punição disciplinar

b) É cabível o habeas corpus contra a prisão administrativa, se o pedido for acompanhado de prova de quitação

c) O habeas corpus poderá ser impetrado apenas pelo interessado, em seu favor, bem como pelo Ministério Público

d) É defeso ao magistrado expedir de ofício ordem de Habeas Corpus no curso de um processo

14 – O conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte é chamado cadeia de custódia. Sobre as etapas da cadeia de custódia pode-se afirmar:

a) Processamento: procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento

b) Armazenamento: ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse

c) Armazenamento: ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu

d) Processamento: exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito

15 – Sobre progressão da pena, assinale a alternativa incorreta: A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

a) 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça

b) 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça

- c) 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário
- d) 45% (quarenta e cinco por cento) da pena, condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional

DIREITO ADMINISTRATIVO

16 – Sobre o poder de polícia, pode-se afirmar que:

- a) Tem o objetivo de gerar lucro para o governo
- b) Envolve a restrição de direitos individuais
- c) É exclusivo das forças armadas
- d) É limitado ao âmbito da segurança pública

17 – Assinale corretamente os princípios Constitucionais da administração pública.

- a) Legalidade, igualdade, moralidade, publicidade e eficiência
- b) Legalidade, transparência, coercitividade, proporcionalidade e eficiência
- c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- d) Legalidade, imparcialidade, moralidade, pessoalidade e eficiência

18 – A administração Pública deve tratar todos os cidadãos sem distinção. Assinale o princípio Constitucional da Administração Pública que baseia a referida afirmativa:

- a) Igualdade
- b) Legalidade
- c) Impessoalidade
- d) Imparcialidade

19 – Assinale a alternativa que aponta em qual dos poderes da Administração está amparado o Chefe do poder executivo ao expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei:

- a) Ao Poder Normativo
- b) Ao Poder Regulamentar
- c) Ao poder Disciplinar
- d) Ao Poder de Polícia

20 - O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados, exceto:

- a) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que poderão facilitar o exercício de seus

direitos e o cumprimento de suas obrigações

b) Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas

c) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente

d) Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei

DIREITO CIVIL

21 – Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é correto afirmar, exceto:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após oficialmente publicada.
- c) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

22 – Para O Direito Civil Brasileiro, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos
- b) Os viciados em tóxico
- c) Os indígenas
- d) Nenhuma das alternativas

23 – Sobre a incapacidade é correto afirmar, exceto: Cessar, para os menores, a incapacidade:

- a) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos
- b) Pela aprovação em concurso público
- c) Pela colação de grau em curso de ensino superior
- d) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria

24 – Acerca dos direitos da Personalidade, podemos

afirmar, exceto:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte
- c) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica
- d) É defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, salvo por exigência médica

25 – São órgãos auxiliares da Defensoria Pública do Ceará:

- a) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará
- b) Controladoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará
- c) Subdefensoria Pública Geral do Estado
- d) Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26 – Considere a seguinte situação hipotética: Ana, casada há 16 anos com José, tem um filho de dois anos dessa relação. O casal constituiu vasto patrimônio na cidade de Aracati, onde viveram por anos, no entanto, atualmente, residem na Cidade de Maracanaú em uma casa alugada. Ocorre que, Ana, descobriu que fora traída pelo marido e resolve findar a relação. Dessa forma, comunica a José sua decisão e informa que retornará a morar em Fortaleza, sua cidade natal, com o filho do casal, por ser mais viável quanto as atividades da criança e ao seu trabalho, mudando-se na mesma semana e ingressando em seguida com ação de divórcio, partilha e pensão. Considerando a situação hipotética, qual o foro competente para a referida ação?

- a) Dos bens do casal
- b) Atual domicílio de Ana
- c) Domicílio do réu
- d) Último domicílio do casal

27 - Quanto a tutela de urgência, é correto afirmar, exceto:

- a) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificção prévia
- b) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida ainda que ocorra perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão
- c) de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão
- d) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo

28 – A jurisdição tem por objetivo solucionar os conflitos, de forma imparcial e em conformidade com o que está disposto em nossas normas gerais e abstratas, aplicando-as ao caso concreto. Sobre o tema podemos afirmar:

- a) A jurisdição civil é exercida pelos árbitros, juizes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições deste Código
- b) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legalidade
- c) É possível pleitear direito alheio em nome próprio
- d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio

29 – Sobre intervenção de terceiros, podemos afirmar:

- a) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, mas não está sujeito aos mesmos ônus processuais que o assistido
- b) Sendo revel o assistido, o assistente não poderá ser considerado seu substituto processual
- c) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos
- d) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, se desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu

30 – São recursos reconhecidos pelo Código de Processo Civil de 2015, exceto:

- a) Carta rogatória
- b) Recurso ordinário
- c) Embargos de Divergência
- d) Agravo interno

